

CONTRATO CEDAE N.º 144/2019 (DPR)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **HIGHSEC SISTEMAS DE**
INFORMÁTICA LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de sua Assessora de Gente de Pessoas Chefe, Sra. MICHELLE GONÇALVES SIQUEIRA, e do Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **HIGHSEC SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, sediada na Rua Dr. Celestino, 122, sala 1.115, Centro, Niterói, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.727.200/0001-52, neste ato por meio de seu sócio administrador, Sr. FELIPE DE ALCÂNTARA DIAS, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.355/2019**, mediante **Inexigibilidade de Licitação n. 008/2019 (DPR)** com fundamento no art. 30, inciso II, alínea "a" da Lei 13.303/16, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

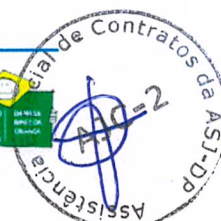
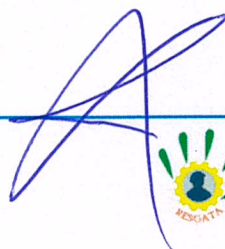
A presente contratação tem por objeto o serviço de "**CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO ADOPTADO PELA CEDAE**", conforme ato de aprovação exarado pelo(a) Sr.(a) MICHELLE GONÇALVES SIQUEIRA, Assessora de Gestão de Pessoas Chefe.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência anexo e a proposta da **CONTRATADA**, autuada às fls. 17 a 20 do Processo E-07/100.355/2019, cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato;



d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas; e

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência anexo:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%;

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **30 (trinta) dias úteis** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Segundo - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

Parágrafo Quarto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Quinto - A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110305

Programa de Trabalho: 2200022016

Código Orçamentário: 33903942

Fonte de Recursos: 10

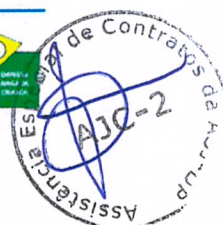
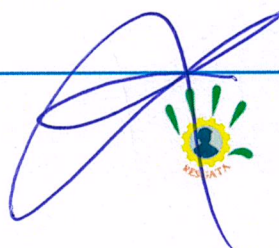
Reserva Orçamentária: 2019000895

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de empreitada por preço global, no valor total de **R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**.

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;
- c) declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafos segundo impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

Parágrafo Quinto– Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

Parágrafo Primeiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver cláusula oitava). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

Parágrafo Segundo - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.



Parágrafo Terceiro - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Quarto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Sétimo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;



Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.



Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;



- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

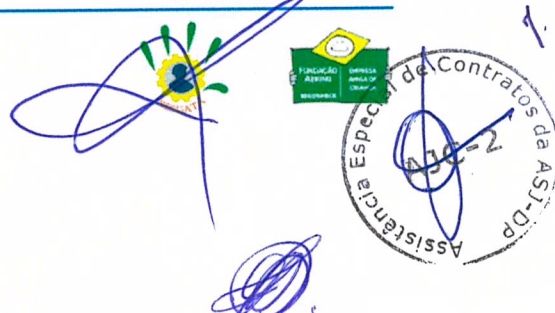
CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo



simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

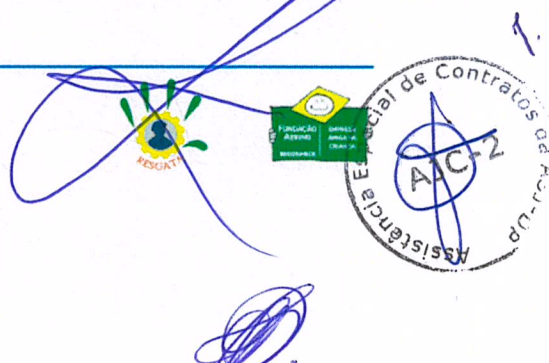
Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC

Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.



CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 2019.

Pela **CEDAE**:


MICHELLE GONÇALVES SIQUEIRA
Assessora de Gente de Pessoas Chefe


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente

Pela **CONTRATADA**:


FELIPE DE ALCÂNTARA DIAS
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Ref.Contr-HIGSEC-serviço-customização-ponto-IL-008/19

ANEXO**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

O presente Termo visa contratação da prestação de Serviços, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, para Customização ao Sistema de Controle de Acesso e Ponto Eletrônico, compatível e integrado aos equipamentos adquiridos do fabricante Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas, visando a adequação do sistema informatizado de controle de acesso e ponto eletrônico adotado pela CEDAE, a fim de aprimorar os controles de acesso e auditoria de confrontação com dados de acesso de empregados, ocupantes de cargos em confiança, estagiários, prestadores de serviços e acessos de pessoas de forma geral.

2. JUSTIFICATIVA

Esta solicitação de contratação trata de serviços específicos, decorrentes da necessidade de implementação de novas rotinas, controles e relatórios sistematizados, bem como adequação das então existentes, que compõem o sistema de controle de acesso de pessoas em geral, confrontados, como forma subsidiária de auditoria, aos dados e lançamentos do ponto eletrônico dos empregados CEDAE.

A prestação desse serviço visa fazer frente ao necessário aprimoramento dos controles de acesso e ponto eletrônico na CEDAE, observado os princípios que se impõe a administração Pública, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial e sem prejuízo de outros os da moralidade e da eficiência.

A Customização objeto do presente visa entre outros os de garantir e aprimorar, inclusive com as alterações necessárias, os controles internos, interagindo em especial com à área de Segurança Empresarial, bem como com a de Administração de Pessoas de modo a gerar um maior número de informações para os Gestores nas tomadas de decisões e indubitavelmente aumentar o nível de credibilidade e transparência perante a Sociedade, em destaque, no que diz respeito à utilização dos recursos e na preservação do Patrimônio Público.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. A customização objeto do presente deverá envolver o desenvolvimento em programa fonte do sistema **HIG SEC MANAGER** utilizado pela CEDAE, para controle de ponto e acesso de funcionalidades que permitam, em ambiente **WEB** na forma a seguir descrita:

- a) Possibilitar limitação de acesso e impressão dos relatórios objeto da presente customização, conforme definido no cadastro de operadores;
- b) Possibilitar a apuração de saldos diários;
- c) Considerando o mês corrente possibilitar a geração de relatório com os dados entre o dia da emissão e o primeiro dia do mês corrente;
- d) Não permitir alterações nos dados originalmente registrados possibilitando a recuperação de tais dados sempre que necessário;
- e) Permitir a visualização em telas que reflitam os relatórios emitidos;
- f) As alterações objeto do presente, não poderão gerar prejuízo ou descontinuidade dos relatórios já disponíveis no sistema bem como dos dados atualmente gravados e transmitidos e no formato e layouts definidos pela contratante;
- g) Emitir automaticamente a partir dos parâmetros abaixo, os relatórios e as mensagens de texto de alerta pré-definidas, via e-mail, endereçada a gestores em gradação conforme níveis hierárquicos aqui definidos;
 - 1) Apontar diferença entre entrada e saída com menos de 15 minutos;
 - 2) Apontar quem fica no prédio 1h a menos que sua jornada total de trabalho diária, considerando refeição;
 - 3) Enviar diariamente para gestor imediato e RH e-mails com o empregado que não cumpriu as exigências acima;
 - 4) De forma automática enviar e-mail para o gestor mediato a partir da 3ª ocorrência;
 - 5) O relatório será consolidado no mês corrente podendo ser impresso e exportado.

A solução deverá possibilitar que os registros sejam arquivados em ambiente seguro, da CIA, com mecanismos de segurança de dados que impeçam acesso não permitido

Disponibilizar tutorial e atualizar os manuais com as funcionalidades desenvolvidas.

Geração dos relatórios nos formatos excel e nos demais formatos já disponíveis.

O projeto apresentado deverá conter minimamente as seguintes fases e não poderá ultrapassar ao total de 30 dias úteis:

Objetivo	Ação	Prazo (dias)	Desem bolso	MÊS -1					MÊS -2					Total (dias úteis)	Total (Horas)
				4S	1S	2S	3S	4S	4S	1S	2S	3S	4S		
Avaliação das Intervenções necessárias	Análise de contexto e definição do novo desenho da estrutura do sistema		15%												0
Adaptações dos módulos de Acesso e Adaptações dos relatórios e mensagens	Adaptações do Sistema HIGHSEC		60%												0
	a - Customização de tabelas														
	b - Customizações de telas														
	c - Customizações de relatório														
	d - Testes das Customizações														
	e - Correções e Ajustes														
	f - Liberação do Ambiente para CEDAE														
	g - Homologação CEDAE														
	h - Liberação para produção														
	i - Pós-Implantação														
Implantação, Treinamento e Operação Assistida	Liberação de Tutoriais, material de treinamento e liberação para Produção		25%												0
	b - Implantação em Produção														
	c - Liberação para produção														
	d - Operação Assistida														
TOTAIS		0	100%											0	0

Quando necessário poderá haver a ativação e/ou reativação do Sistema, envolvendo a solução, customizada de software descrito nos itens anteriores pertencentes ao sistema objeto desta especificação, desde que haja a prévia comunicação e autorização da área Gestora e desde que não cause efeitos de continuidade nos registros habituais.

A Implantação e a Parametrização do sistema, com o respectivo software no hardware existente, incluindo treinamento de operação, quando se fizer necessário.

Realizar todos os testes necessários para a verificação e validação de funcionamento do Sistema de forma permanente, objeto desta especificação técnica, sendo que, a fiscalização da CEDAE acompanhará todas as rotinas propostas.

O sistema em plataforma Web deverá funcionar em sua plenitude e com segurança nos navegadores Internet Explorer 8 e superiores, Firefox 3 e superiores, Google Chrome.

A instalação, manutenção, atualização e configuração das aplicações devem ser realizadas pela contratada.

O sistema deverá funcionar em sua plenitude em servidores virtuais de 64 bits.

A administração e manutenção do banco de dados, ficará sob responsabilidade da contratante.

Todas as ocorrências ou intervenções no ambiente CEDAE, deverão seguir rotina definida pela contratante.

CÓDIGO DE ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

ITEM	Cód. IFS	NOMENCLATURA	UNID	QUANT
1	2111050005	ATUALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE GERENCIADOR DO CONTROLE DE PONTO E ACESSO	un	1

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Menor preço Global

5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME / FORMA DE EXECUÇÃO / FORNECIMENTO:

5.1. SERVIÇO:

- 5.1.1.** de natureza contínua;
- 5.1.2.** sem mão de obra alocada;
- 5.1.3.** Regime de execução por preço Global.

6. PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de no máximo 30(trinta) dias úteis na forma do cronograma físico financeiro constante do presente termo de referência.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão realizados nas instalações da contratada e eventualmente quando necessário nas instalações da CEDAE visando a instalação física da solução customizada em terminais cliente, testes e treinamento de uso do software, integração ao Hardware e outras intervenções não descritas, desde que em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8:00 as 17:00 horas.

2. A realização de serviços fora do horário e dias fixados está sujeito à autorização do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização da CEDAE e não poderá ensejar acréscimo no valor dos serviços.

3. A customização será praticada no SISTEMA DE CONTROLE DE PONTO E ACESSO EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS DO FABRICANTE HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS – PREGÃO 014/2009, composto por Hardware da Marca Henry e Software HIGHSEC MANAGER CEDAE – SOFTWARE: HIGHSEC ACESSO - MÓDULOS ACESSO E ACESSOWEB.

4. A presente customização não poderá comprometer as funcionalidades existentes, adicionando a estas as que compuserem a presente customização, mantendo na integralidade a integridade e níveis de segurança do sistema de controle de ponto e acesso ora adotado, em especial nas interfaces Software e Hardware.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. De acordo com as condições estabelecidas no termo de referência e na Ordem de Serviço CEDAE "E" número 14.693/2017

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO

A Contratada prestará garantia de 12 meses a partir da aceitação pela comissão de fiscalização

10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pela CEDAE no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no instrumento contratual.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da Contratada:

A contratada se responsabiliza, integralmente:



Pelos danos causados diretamente à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente objeto;

Cumprir fielmente todas as determinações e exigências contidas neste ou aquelas indicadas pela comissão de fiscalização.

Ministrar, quando expressamente solicitado pela Contratante, treinamentos aos profissionais indicados pela área de TI; Gestor do Contrato ou Comissão de Fiscalização do Contrato.

Pelo fornecimento de insumos necessárias para a realização dos serviços a serem executados.

Manter os equipamentos e locais de prestação de serviços devidamente limpos e conservados;

Execução deste serviço, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CONTRATANTE as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

Solicitar da Contratante, ou obter da Administração da CEDAE, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

Emitir pareceres em todos os atos do serviço, relativos à execução do Contrato.

A contratada fica obrigada a emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, para que seja autorizado o pagamento dos valores estabelecidos para o objeto da presente contratação, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria Municipal de Fazenda.

Considerando que a CEDAE enquanto tomadora do serviço, está localizada no Município do Rio de Janeiro, para fins de participação no certame, o proponente que NÃO estiver localizado no Município do Rio de Janeiro, que emite documento fiscal autorizado por outro município deverá obrigatoriamente fornecer informações à Secretaria Municipal de Fazenda – SMF do Município do Rio de Janeiro, para que seja inscrito no CEPOM, conforme disposto no art. 14-A da Lei nº 691 de 24/12/1984, introduzido pela Lei nº 4.452, de 27/12/2006.

Todos os custos e encargos relacionados ao cumprimento, inclusive no que diz respeito a mão de obra envolvida para atingimento do objeto por meio de customizações desenvolvidas serão de responsabilidade da contratada.

11.2. CONFIDENCIALIDADE DOS SISTEMAS E INFORMAÇÕES



A CONTRATADA reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à CEDAE, estabelece contato com informações confidenciais e privadas da empresa, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria, de comércio ou de negócio. Assim, a CONTRATADA obriga-se, por seus administradores, empregados, prepostos e contratados a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação da empresa a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação de serviços.

A CONTRATADA e a CEDAE expressamente reconhecem que todo e qualquer material utilizado durante a prestação de serviços, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob o controle de qualquer das partes, será igualmente resguardado pelo mútuo compromisso de Sigilo e Confidencialidade. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a CEDAE e abrangem, além das informações de que as partes venham a tomar conhecimento, aquelas que já possuem na presente data.

Os responsáveis da CONTRATADA, uma vez firmado contrato com a CEDAE, dão como certo, o respeito e o sigilo pelo manuseio das informações disponibilizadas. Poderão ainda ser exigidas declarações individuais, podendo ser uma relação coletiva com assinaturas individuais.

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade.

A CONTRATADA garante à CEDAE que as informações e os serviços por ela fornecidos, em consequência desta contratação, não infringem quaisquer patentes, marcas, direitos, direitos autorais ou "trade secrets".

12. AMOSTRA

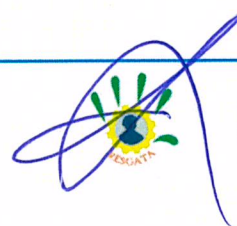
Não se aplica

13. VISITA TÉCNICA

Não se aplica

14. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

O Acordo de Níveis de Serviço, visa estabelecer:



- a) os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pelo órgão ou entidade contratante;
- b) os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada; e,
- c) as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas.

15. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

A presente contratação será formalizada por instrumento contratual nos termos da legislação em vigor.

16. CONDIÇÕES GERAIS

A contratada deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou privado, pautado na similaridade do objeto desta ou seja para "Customização do Software, HIGHSEC ACESSO - MÓDULOS ACESSO E ACESSOWEB.

A Contratada deverá fornecer todos os insumos necessários à perfeita realização do serviço;

17. ASSINATURAS

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1.** Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2.** A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado no item 3.2, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3.** As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

1.4. A CEDAE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1. Descrição do Serviço:

Customização ao Sistema de Controle de Acesso e Ponto Eletrônico, compatível e integrado aos equipamentos adquiridos do fabricante Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas, visando a adequação do sistema informatizado de controle de acesso e ponto eletrônico adotado pela CEDAE.

2.2. Objetivos: Aprimorar os controles de acesso e auditoria de confrontação com dados de acesso de empregados, ocupantes de cargos em confiança, estagiários, prestadores de serviços e acessos de pessoas de forma geral.

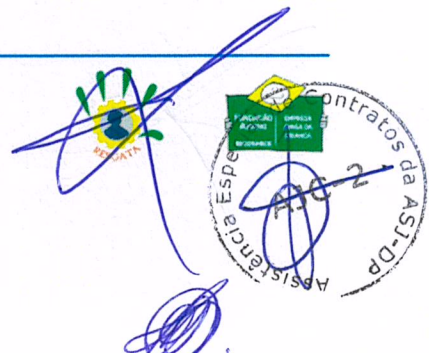
2.3. Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios): A CEDAE, através da contratação, objetiva a. O serviço a ser medido é o cumprimento dos termos contratados para prestação dos serviços na forma do termo de referência. A fiscalização a ser realizada será semanal, com geração de relatórios mensais, que serão fornecidos a contratada, mediante sua solicitação. As medições serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da cia.

2.4. Comunicação: As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através dos e-mails: delcio-quedes@cedae.com.br e dilmapimentel@cedae.com.br e telefone: (21) 2332.3121 e (21) 2332.3103 , bem como através de protocolos realizados na sede da CEDAE, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ.

A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à CEDAE, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. Da fiscalização do contrato



3.1.1. O Fiscal do Contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

3.1.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

3.1.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

3.1.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

3.1.6. O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.7. A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;

3.1.8. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.

3.1.9. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

3.1.10. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

3.1.11. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

3.2. Dos indicadores do nível do serviço prestado

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

INDICADOR	Com relação ao SOFTWARE, deverão ser observados pela CONTRATADA, para AVALIAÇÃO, relativa à prestação de serviços, os seguintes itens
Metas a Cumprir	O aplicativo atende aos requisitos definidos, nível de segurança e hierarquia e facilidade de acesso e integração e aos prazos de liberação das funcionalidades.
Critério de Medição	Avaliação inicial dos Fiscais de Contrato com os serviços aprovados dentro do prazo estabelecido e avaliação mínima como boa (pontuação a partir de 5 em uma escala de 1 a 10)
Forma de acompanhamento	Através de Relatório emitido pela CONTRATADA, não sendo admitido como adimplemento pontuação além do desconto máximo da faixa de ajuste.
Periodicidade:	Na forma do cronograma físico financeiro
Mecanismo de cálculo	Cada inconsistência indicada pelo contratante, tempo de solução e cumprimento dos eventos e valorada individualmente, não sendo admitida entrega com avaliação menor em média que 5
Critérios de pontuação do Indicador	Nota média: Nota média $\geq 9 \rightarrow 0$ ponto Nota média ≥ 8 e $< 9 \rightarrow 3$ ponto Nota média ≥ 7 e $< 8 \rightarrow 6$ ponto Nota média ≥ 6 e $< 7 \rightarrow 6$ ponto Nota média ≥ 5 e $< 6 \rightarrow 9$ ponto

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação**Ajuste**

02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

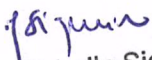
Em caso de não acolhimento das razões da CONTRATADA, apresentada à comissão de fiscalização na forma do item 3, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

Findo o mês de competência para apuração do nível de conformidade dos serviços, a pontuação acumulada será zerada para o mês/competência subsequente.

4.1. Das demais penalidades e do foro:

O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades prevista na Lei 13.303/2016, bem como daquelas estabelecidas no termo de referência, diante de eventual descumprimento contratual.

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.


Michelle Siqueira
Assessora de RH Chefe
8-000738-3 - CEDAE



NOMEAR DEBORA AMBROSIO PRAZERES, ID FUNCIONAL Nº 509868-7, para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Elaine da Silva Santos Rodrigues, ID Funcional nº 50722778-1. Processo nº SEI-31/003/001863/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 14 de novembro de 2019, **ROBSON RODRIGUES DA SIQUEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 51013444-1, do cargo em comissão de Secretário I, símbolo DAI-4, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-31/003/001887/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 02 de dezembro de 2019, **FREDERICO LUIZ ALVES MARTINS** do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado das Cidades. Processo nº SEI-33/018/001776/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de dezembro de 2018, **DANIEL ROSA**, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Contratos e Convênios, da Diretoria Geral de Administração e Finanças, da Subsecretaria de Executiva, da Secretaria de Estado das Cidades, anteriormente ocupado por Daniel Rosa. Processo nº SEI-33/018/001775/2019.

NOMEAR DANIEL VINICIO DIAS FERREIRA para exercer, com validade a contar de 02 de dezembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Contratos e Convênios, da Diretoria Geral de Administração e Finanças, da Subsecretaria de Executiva, da Secretaria de Estado das Cidades, anteriormente ocupado por Daniel Rosa. Processo nº SEI-33/018/001775/2019.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 26 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 27/11/2019, que nomeou **RODRIGO GURGEL SOARES**, para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, anteriormente ocupado por Nathalia Brandão Revoredo Alves de Moraes. Processo nº SEI-38/001/047199/2019.

NOMEAR ALAN BRAGA DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 31 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Flavia Alessandra de Freitas, ID Funcional nº 5099952-4. Processo nº SEI-22/002/004713/2019.

NOMEAR JORDANA RODRIGUES COSTA para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7 (objeto de transferência estabelecida pelo Decreto nº 46.852, de 03/12/2019), da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília, anteriormente ocupado por Amanda Cristina Silva de Souza, ID Funcional nº 5087352-0.

DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

***O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.844, de 08/03/2007.

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 21 de novembro de 2019, **AIRTON ALVES DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 4336094-7, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/004859/2019.

*Replicado por ter saído com incorreções no D.O. de 03/12/2019.

Id: 2225093

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-07/026/003215/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **MONA ROTULO MANCANO**, Engenheiro Sanitarista, ID Funcional nº 44612060, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, para a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

PROCESSO Nº SEI-03/029/002561/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **GABRIELA DUTRA GIBRAIL**, Professor Docente I, ID Funcional nº 5626285, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para a Prefeitura Municipal de Paraty, com validade a contar de 05.11.2019, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

Id: 2225015

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-04/130/000507/2019 - Diante da delegação de competência prevista no Decreto nº 40.844/07, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 41.193/08, e face ao que consta neste processo, AUTORIZO a celebração de Termo de Entrega e Recebimento, em favor da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR do imóvel estadual da Rua Buenos Aires, nº 309, Centro, Município do Rio de Janeiro.

APROVO a minuta do Termo de Entrega e Recebimento

PROCESSO Nº SEI-04/130/001783/2019 - Diante da delegação de competência prevista no Decreto nº 40.844/07, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 41.193/08, e face ao que consta neste processo, AUTORIZO a celebração de Termo de Entrega e Recebimento, em favor da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB do imóvel estadual da Rua da Carioca, nº 45, Centro, Rio de Janeiro.

APROVO a minuta do Termo Cessão de Uso

Id: 2225054

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-12/001/047882/2019 - AUTORIZO a disposição dos servidores **CASSIO SILVEIRA CABRAL**, CB PM, RG nº 100.067, **REINALDO FABRÍCIO DE ARAÚJO**, RG nº 95.097 e **MARCOS GOMES DE SOUSA**, CB PM, RG nº 95.987, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

Id: 2225081

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/2444/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **NADIA OLIVEIRA DA COSTA**, Professor Docente I, ID Funcional nº 43474187, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete do Deputado Gustavo Tutuca, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

Id: 2225055

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº E-26/005/2600/2019 - AUTORIZO a permanência da disposição da servidora **MARIA CRISTINA RODRIGUES SALLES**, Professor I, ID Funcional nº 21006970, do Quadro de Pessoal da Fundação de Apoio à Escola Técnica, à Fundação Santa Cabrini, em ônus para o cessionário.

PROCESSO Nº E-17/004/168/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **PEDRO MOTTA LIMA CASCON**, Arquiteto, ID Funcional nº 1919785-3, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEA, à Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos de transportes Aquaviários, Ferrovitários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP, com ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-17/004/189/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **RAUL CERQUEIRA DE REZENDE**, Engenheiro, ID Funcional nº 6235964, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEA, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-16/004/152/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **OCTAVIO VIDAL DA SILVEIRA**, Contador, ID Funcional nº 2025578-7, do Quadro de Pessoal da Fundação Anita Mauano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ/RJ, à Fundação Leão XIII, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019.

PROCESSO Nº E-21/085/31/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **MARIA LINDINALVA DA COSTA**, Técnica de Enfermagem, ID Funcional nº 3182875-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária/Hospital de Custódia e Tratamento Penitenciário Henrique Roxo.

PROCESSO Nº E-26/005/4886/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **MONIKÉ MARQUES D'ALENCAR ARAÚJO COSTA**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID Funcional nº 5002836-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, para a Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, a contar de 24 de outubro de 2019.

PROCESSO Nº E-12/207/7488/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **CLAUDIO MARCIO NUNES DA LUZ**, Agente Administrativo, ID Funcional nº 33976228, da Secretaria de Estado de Educação, para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro/27ª Zona Eleitoral/Novo Iguaçu, consoante os termos do art.1º, § 1º do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019, sem ônus para o cessionário.

PROCESSO Nº E-03/001/599/2019 - AUTORIZO a permanência da cessão do servidor **ALECIO IRINEU DE AGUIAR**, Zelador, ID Funcional nº 39813738, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para o Tribunal Regional Federal - 2ª Região, consoante os termos do art. 1º do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº E-08/015/470/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **LIJIANE DE SOUZA LEMZI OZIEL**, Agente Administrativo de Saúde, ID Funcional nº 3150740-9, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, para a Secretaria de Estado de Polícia Civil / 058ª Delegacia de Polícia de Comendador Soares.

PROCESSO Nº E-12/207/256/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 19 de fevereiro de 2019, página 3, 3ª coluna: **Onde se lê: PROCESSO Nº E-12/207/256/2019 - AUTORIZO...**, para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ... **Leia-se: PROCESSO Nº E-12/207/256/2019 - AUTORIZO...**, para a Diretoria Geral de Segurança Institucional - DGEI/Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consoante os termos do Decreto nº 41687, de 11 de fevereiro de 2009.

Id: 2224987

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR-Nº 271 DE 03 DE DEZEMBRO 2019

TORNA SEM EFEITO O ATO QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria PR nº 270, de 02 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial de 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 03 de dezembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 272 DE 03 DE DEZEMBRO 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **PAULO ROBERTO NEMY** para exercer o Cargo de Confiança de Assistente de Diretoria, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 03 de dezembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 273 DE 03 DE DEZEMBRO 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **AGNALDO LEAL NOGUEIRA** para exercer o Cargo de Confiança de Assessor Especial, símbolo CC-06, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 03 de dezembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

Id: 2225021

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 03/12/2019

PROCESSO Nº E-12/079/405/2016 - Com base nas justificativas apresentadas pelo Diretor Administrativo à fl. 591 e de acordo com o pronunciamento da ASJUP, fls. 539/540, resolvo:

a) Aprovar a prorrogação do Contrato nº 10/2016, através de Termo Aditivo, por um período de 12 (doze) meses, assim como a supressão do valor global do contrato, conforme apresentado pelo senhor Diretor Administrativo, com fulcro no inciso II, § 2º c/c o inciso II, § 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, mantidas as demais condições do contrato vigente.

b) Adjudicar a prestação dos serviços à **DANIEL ARAÚJO DA SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, após contrato escrito formal.

c) Autorizar a despesa no valor total de R\$ 252.000,00, assim como a emissão de Reserva de Dotação no valor de R\$ 21.000,00, para cobrir as despesas do primeiro mês da prestação de serviço.

Id: 2225079

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 02/12/2019

PROC. Nº E-04/171/1026/2017 - LORETA COELHO BOUSADA - Assistente Administrativo, nível 8, matrícula nº 292.474-4 - REFIKADOS os proventos mensais de inatividade a contar de 01/03/2018.

Id: 2224662

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/11/2019

DESIGNA ANDREA ROSSIGNIUX, Assessor Adjunto, como Presidente, **HELIO ALVIM RIBEIRO**, Agente Administrativo F e **MARCOS DE SOUZA VAZ**, Chefe de Departamento, como membros titulares e **MYRIAM ALLEMAND DAMIAO DINIZ**, Analista Cargos SALD como membro suplente, **Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CUSTOMIZAÇÃO AO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO ADOPTADO PELA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.355/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.774-00/2019.

Id: 2224689

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/11/2019

PROCESSO Nº E-07/100.062/2019 - Em conformidade com a Inexigibilidade de Licitação - IL nº 003/2019 (DPR), baseada no artigo 30, caput da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, Autorizo a Suplementação de Despesa no valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em favor da CERAL - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ARARUAMA LTDA, referente ao FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS INSTALAÇÕES DA CEDAE COM TENSÃO DE FORNECIMENTO INFERIOR A 69 KV (UNIDADES CATIVAS), ÁREA DE CONCESSÃO DA CERAL - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ARARUAMA LTDA, para o exercício de 2019.

Id: 2224769

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/11/2019

PROCESSO Nº E-17/100.034/2017 - Em conformidade com a Dispensa de Licitação - DL nº 008/2017 (DP), baseada no inciso XXII do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, AUTORIZO a Suplementação de Despesa, no valor R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em favor da LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., referente ao FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS UNIDADES GUANDU E LAMEIRÃO, NA ÁREA DE DISTRIBUIÇÃO DESTA CONCESSIONÁRIA, para o exercício de 2019.

Id: 2224770

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 16h00min, no Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, Sala do Secretariado - 5º andar, os membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro reuniram-se, com base na Lei Complementar nº 184, de 27 de dezembro de 2018, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia (I) Tomada de Posse dos Membros do Conselho Deliberativo; (II) Nomeação e Aprovação do Presidente e Diretores do Instituto Rio Metrópoli; (III) Aprovação do Regimento Interno do Conselho Deliberativo; (IV) Aprovação do Regimento Interno do Conselho Consultivo; (V) Aprovação do Regulamento do Instituto Rio Metrópoli; (VI) Aprovação do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana; (VII) Aprovação de Resolução dos Comitês Técnicos Interregionais; (VIII) Assinatura do Decreto da Criação do Instituto Rio Metrópoli; (IX) Modelagens de processos de concessões de serviços públicos de interesse da RMRJ, Mobilidade Urbana da RMRJ; e (X) Assuntos Gerais. Com a palavra o senhor Presidente do Conselho Deliberativo, Governador Wilson Witzel, que após verificar o número legal para deliberar declarou aberto os trabalhos e convidou o Assessor Especial, Alessandro Martello Panno, para secretariar a reunião. Aceito o convite o senhor Secretário fez a leitura da Ordem do Dia, retornando em seguida a palavra ao senhor Presidente. Em prosseguimento o senhor Presidente deu as boas-vindas aos presentes manifestando a importância do momento histórico da Governança Metropolitana com a formalização da estruturação do Instituto Rio Metrópoli para a Governança Metropolitana do Rio de Janeiro e da participação ativa dos Prefeitos como agentes indutores da integração e desenvolvimento da RMRJ como Membros do Conselho Deliberativo. Estes, como Membros Efetivos, Logo após, perguntou se todos analisaram os regulamentos que embasam o IRM e se havia alguma observação; esclareceu ainda que todos os instrumentos foram elaborados com a participação dos Procuradores

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

PROCESSO Nº E-16/002/006.768/2019

REF: TOMADA DE PREÇOS ALC Nº 021/2019

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Manutenção da Iluminação Pública na Malha Rodoviária da Região Centro-Sul e Metropolitana, compreendidas pelas: 2ª, 4ª, 5ª, 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª, 20ª ROCs (Residências de Obras e Conservação).

Informamos as empresas interessadas a interposição de recurso por parte das empresas 01 - OTIMITEK ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI e 03 - YORK SERVIÇOS LTDA, sendo certo que o mesmo encontra-se à disposição dos interessados para apresentação de contra-razões, cujo prazo encerrará em 03 (três) dias úteis. O recurso estará a disposição dos interessados na Av. Presidente Vargas, 1.100, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro, no Expediente da Assessoria de Licitações, no horário de 10 às 16 horas.

Id: 2224885

Secretaria de Estado da
Casa Civil e GovernançaSECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS
2ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A 2ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO torna pública para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível a Licitação para Registro de Preços, abaixo mencionada:

PROCESSO Nº E-04/064/11/2017.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico PERP Nº 01/2019.

OBJETO: Prestação de Serviços de condução de veículos automotores.**ENDEREÇO DO PORTAL:** www.compras.rj.gov.br**DATA LIMITE DE ACOPLHIMENTO:** 17/12/2019, às 09h55min.**DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 17/12/2019, às 10h00min.**CODIGO DA LICITAÇÃO NO PORTAL SISTEMA ELETRÔNICO SI-GA:** 23121.

Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido uma edição impressa mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 na Coordenação de Compras Centralizadas na Av. Erasmo Braga, 118 - 8º Andar - SUBLOG - Centro - Rio de Janeiro - RJ, (21) 2333-1831 e (21) 2333-1878.

Id: 2224886

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO comunica aos interessados que será realizado no site www.compras.rj.gov.br, sob o número, abaixo indicado, o pregão eletrônico especificado.

PE 0005/2019-RJ: Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de fornecimento de jornais e revistas impressas e em mídia digital, com entrega diária/peridica, em dias úteis, inclusive edições especiais, fins de semana, dias de ponto facultativo, e feriados, para o período de 12 (doze) meses, incluindo entrega e transporte do produto para atender a demanda dos Palácios Guanabara e Laranjeiras, conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

PROC. Nº SEI-12/001/015901/2019 - Abertura: 17/12/2019, às 09:30 horas.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.casacivil.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante o pagamento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Predio Anexo 2º andar, Divisão de Compras, Rio de Janeiro/RJ. Mais informações através dos telefones (21) 2334-1859/162.

Id: 2224783

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019
OBJETO: Aquisição com instalação de Gerador, potência Stand-by de 125 Kva, tensão de 380/220 Volts AC/60 Hz, motor de injeção direta, tanque combustível de 300 litros, com container para uso externo Silenciada SL 75db(A) de atenuação acústica, bateria com cabos e terminais, amortecedores da vibração e base com bacia de contenção integrada e quadro de comando automático, para em caso de interrupção do abastecimento de energia pela concessionária, seja assegurada a continuidade dos serviços da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ, conforme especificado e quantificado na PROPOSTA-DETALHE (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo VI) do Edital.

DATA: 18/12/2019.**HORÁRIO:** 15h.**LOCAL:** www.licitacoes.caixa.gov.br.**PROCESSO Nº E-12/079/0514/2019.**

Os interessados poderão obter o Edital completo da licitação na Comissão Permanente de Licitação (COLIP), situada na Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81, 2º andar, Centro, Niterói/RJ, telefone (21) 27174040, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário de 10:00 às 16:00 horas ou no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

Id: 2224997

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo nº 007/2019, assinado em 25/10/2019, ao Contrato nº 012/2018. **PARTE:** PRODERJ e a Claro S/A. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, compreendidos entre 26/10/2019 a 25/10/2020. Valor de até R\$ 24.360,00. **PROCESSO Nº E-04/171/285/2018.**

Id: 2224639

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 144/2019 (DPR).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a HIGHSEC SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.
OBJETO: CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO ADOTADO PELA CEDAE.
PRazo: 30 (trinta) dias úteis.
VALOR: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 21/11/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.355/2019 - Inexistência de Licitação nº 008/2019 (DPR).

Id: 2224691

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo nº 023/2019 de Reconhecimento de Dívida. **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - IBDD.

OBJETO: Reconhecer a existência de dívida por parte da CEDAE em favor do IBDD.

PRazo: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (quarenta e cinco) dias contados da apresentação da nota fiscal de reajuste aos representantes da CEDAE.

VALOR TOTAL: R\$ 173.252,01 (cento e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e um centavo).

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2019.**FUNDAMENTO:** Processo nº E-17/100.154/2013.

Id: 2224692

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 168/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a GR INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento por 90 (noventa) dias, alterando a data final do fornecimento para o dia 06 de março de 2020, e acréscimo de 32.000 kg nas quantidades totais do produto químico contratado, passando de 128.000 (Kg) para 160.000 (Kg), correspondendo a 25 (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

PRazo: 90 (noventa) dias.**VALOR:** R\$ 278.080,00 (duzentos e setenta e oito mil e oitenta reais).**DATA DA ASSINATURA:** 28/11/2019.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.149/2018 - Pregão Eletrônico nº 355/2018.

Id: 2224690

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 664/2019 - ADPR-31

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES"**DATA DA ETAPA DE LANCES:** 17/12/2019 **HORÁRIO:** 11:00 horas**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2224785

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2018 - Termo Contratual nº 062/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 045/2018, relativo à prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da SEFAZ, com fundamento no Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato.

PRazo: 12 (doze) meses, contados a partir de 19/12/2019.**VALOR:** R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2001.04.122.0002.2016**NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.39.03**NOTA DE EMPENHO:** 2019NE00457**DATA DA ASSINATURA:** 28/11/2019**FUNDAMENTO:** Lei 8.666/1993**PROCESSO Nº E-04/172/100027/2018.**

Id: 2224784

COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA torna pública que fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro a licitação, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ Nº PE 007/2019.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço técnico de limpeza e higienização dos dutos de ar condicionado, incluindo os dutos de ar externo, interno, elementos de insulamento de ar (difusores) e retorno (luminares) dos sistemas de ar condicionado central e ventilação existentes nos escritórios e prédios da Secretaria de Estado de Fazenda.

TIPO: Menor Preço Global por Lote Único**LIMITE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 17/12/2019, às 09h00min.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 17/12/2019, às 10h00min.**SESSÃO:** 17/12/2019, às 10h00min.**PORTAL ELETRÔNICO:** www.compras.rj.gov.br.**PROCESSO Nº E-04/056/1433/2014.**

Id: 2224808

SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam comunicados da lavratura dos autos de infração por infringência à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa do 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.

Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 257/2019

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES
Avn Presidente Vargas 670/ 2º Andar Centro - CEP 20.071-001 Rio de Janeiro - RJ

UTILIFER RIO COMERCIAL E EQUIPAMENTOS EIRELI ME

CNPJ 26.658.968/0001-01 - Processo nº E-04/211/021814/2019

Auto de Infração nº 03.604742-1, de 27/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS

Av. Doutor Manuel Teles Nº 77 Sítio Centro - CEP 25010-090 Duque de Caxias - RJ

MCR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME

Inscrição Estadual 86.919.265 - Processo nº E-04/211/022095/2019

Auto de Infração nº 03.603217-5, de 31/10/2019

Valor reclamado: R\$ 14.779,15.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 35.01 - NOVA IGUAÇU

Rua Dom Walmar Nº 383 - 3º Andar Centro - CEP 26215-220 Nova Iguaçu - RJ

C. C. M. MANUSEIO GUARDA E TRANSPORTE DE DOCUMENTOS

LTD.

CNPJ 5.947.545/0001-23 - Processo nº E-04/211/021325/2019

Auto de Infração nº 03.604483-2, de 18/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

GILONEI AUGUSTO PINTO MACHADO

CPF 30.102.617-30 - Processo nº E-04/211/022038/2019

Auto de Infração nº 03.604711-6, de 29/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.704,88.

M T RIDOLPHI TRANSPORTES LTDA

CNPJ 22.201.290/0001-74 - Processo nº E-04/211/019950/2019

Auto de Infração nº 03.594471-9, de 26/09/2019

Valor reclamado: R\$ 1.749,53.

REPARTIÇÃO FISCAL

Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itaiaia - RJ
CJ ALIMENTARE - EIRELI

CNPJ 24.389.809/0001-15 - Processo nº E-04/211/021806/2019

Auto de Infração nº 03.604871-8, de 27/10/2019

Valor reclamado: R\$ 3.450,44.

FABIANA PEREIRA DE LIMA PEREIRA EIRELI

CNPJ 20.971.308/0001-91 - Processo nº E-04/211/021614/2019

Auto de Infração nº 03.603620-0, de 23/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

FRACIONE TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI

CNPJ 25.210.474/0002-70 - Processo nº E-04/211/021633/2019

Auto de Infração nº 03.604767-8, de 23/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.793,28.

IBOR TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

CNPJ 17.889.837/0003-54 - Processo nº E-04/211/022006/2019

Auto de Infração nº 03.602903-1, de 29/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

LARISSA LAZARINI TRANSPORTES - ME

CNPJ 6.091.126/0001-03 - Processo nº E-04/046/000866/2018

Auto de Infração nº 03.555584-6, de 21/01/2018

Valor reclamado: R\$ 3.302,24.

ROTRANS TRANSPORTES LTDA

CNPJ 23.210.856/0001-97 - Processo nº E-04/211/022074/2019

Auto de Infração nº 03.604916-1, de 23/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

VCC TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

CNPJ 16.606.056/0001-24 - Processo nº E-04/211/021578/2019

Auto de Infração nº 03.603382-7, de 22/10/2019

Valor reclamado: R\$ 3.678,10.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO

Funcionando Em Local Provisório

DANIELE PARTIEL BERTOLDE EIRELI

CNPJ 22.058.210/0001-73 - Processo nº E-04/211/020967/2019

Auto de Infração nº 03.603194-6, de 13/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

E-REVERSA LOGISTICA INTEGRADA LTDA

CNPJ 29.766.336/0001-41 - Processo nº E-04/211/021766/2019

Auto de Infração nº 03.604635-7, de 26/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

GESSO MUNDI ESPECIAIS

CNPJ 8.893.538/0001-84 - Processo nº E-04/211/020945/2019

Auto de Infração nº 03.603488-2, de 12/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.839,51.

GESSO MUNDI ESPECIAIS LTDA

CNPJ 8.893.538/0001-84 - Processo nº E-04/211/020432/2019

Auto de Infração nº 03.603482-5, de 05/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.779,49.

GESSO MUNDI ESPECIAIS LTDA - ME

CNPJ 8.893.538/0001-84 - Processo nº E-04/211/020832/2019

Auto de Infração nº 03.603824-8, de 10/10/2019

Valor reclamado: R\$ 2.425,11.

GESSO MUNDI ESPECIAIS LTDA - ME

CNPJ 8.893.538/0001-84 - Processo nº E-04/211/020830/2019

Auto de Infração nº 03.603823-0, de 10/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN

Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod Br 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000

ALEXANDER MESA ALONSO

CNPJ 17.026.694/0001-39 - Processo nº E-04/211/021748/2019

Auto de Infração nº 03.604198-6, de 25/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

BELA ARTE MOBILIARIO EXCLUSIVO LTDA

CNPJ 28.773.708/0001-02 - Processo nº E-04/211/021845/2019

Auto de Infração nº 03.604520-1, de 27/10/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

CAMEX UNIFORMES PROMOCIONAIS EIRELI

CNPJ 14.266.242/0001-36 - Processo nº E-04/211/021810/2019

Auto de Infração nº 03.604735-5, de 27/10/2019